

A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal

Miguel Reimão Costa



Arquiteto, Doutor em Arquitetura (Faup, 2009). Professor Auxiliar, Universidade do Algarve, Campus de Gambelas. CEAUCP/CAM. Faro, Portugal. <mrcosta@ualg.pt>.

Resumo

O povoamento das áreas de montanha é quase sempre conformado por aglomerados de pequena dimensão vinculados no passado a uma economia de subsistência. Em Portugal, as mutações significativas que, num contexto de forte recessão demográfica, têm marcado as povoações serranas do interior estão, por vezes, associadas à persistência dos hábitos e das construções característicos da cultura tradicional, como é especialmente evidente nalgumas das aldeias do maciço beirão da Gralheira. O presente artigo incidirá no património construído desta região, tomando como caso de estudo o lugar da Drave e considerando, de forma articulada, a caracterização do núcleo edificado tradicional e da paisagem onde se integra. Constituem instrumentos fundamentais deste trabalho o levantamento desenhado do lugar e a leitura da Crónica dos Martins da Drave datada de meados do século de oitocentos.

Palavras-chave

Arquitetura tradicional, paisagem cultural, montanhas da Beira, aldeia, conservação do património.

Casa de Baixo and Casa de Riba in Drave: Chronicle of a hamlet on the Gralheira massif in Portugal

Abstract

The settlement of mountain areas nearly always takes the form of small population centers shaped in the past by a subsistence economy. In Portugal, the significant changes within mountain settlements, which have occurred with pervasive depopulation many times, include the persistence of habits and building typical of traditional lifestyles, this being particularly noticeable in some villages on the Gralheira massif in the Beira region. This paper is based on the built heritage of this region, focusing on the hamlet of Drave and looking in detail at the characteristics of this nucleus of traditional buildings and of the surrounding landscape. Fundamental tools in this project are architectural survey drawings of this hamlet and a study of the Chronicle of the Martins family of Drave, dated to the middle of the nineteenth century.

Keywords

Traditional architecture, cultural landscape, Beira mountains, village, heritage conservation.

Introdução

Um dos traços fundamentais mais repetidos na caracterização das áreas de montanha em Portugal é a organização do povoamento quase sempre assente numa rede de pequenos aglomerados antes ajustados a uma economia agro-pastoril e à vida em comunidade (RIBEIRO, 1991: 260-261). É também a partir das particularidades deste povoamento que se deverão considerar as implicações específicas nas áreas de montanha, do processo de recessão demográfica que caracteriza o interior do país nas últimas décadas. Isto, num momento em que o contexto de desertificação destes territórios coloca, lado a lado, algumas aldeias onde os hábitos e as práticas agro-pastoris preservam ainda a sua importância com outros lugares que já se encontram abandonados ou praticamente abandonados. É neste quadro que o propósito de conservação deste património alcança, como noutras áreas do interior, um momento crítico em que se torna premente o seu estudo mais aprofundado e, simultaneamente, a reflexão em torno ao papel que o mesmo poderá comportar no contexto das transformações que, no presente, caracterizam os territórios de interior e, em especial, as áreas de montanha.

Uma das regiões que se pode considerar, a este propósito, é o maciço da Gralheira que, constituído pelas serras da Freita, do Arestal, da Arada e de São Macário, marca a transição do Litoral para o Interior (concelhos de Arouca, São Pedro do Sul e Vale de Cambra). É uma unidade que confirma o característico povoamento serrano, conformado aqui pela disposição rarefeita de aglomerados de pequena dimensão associados a um *círculo* de campos e leiras que se distingue entre as vertentes matosas. O objeto do presente artigo é, justamente, o de retomar a caracterização das aldeias do maciço da Gralheira, considerando aquela que era, tradicionalmente, a sua organização espacial na relação do conjunto edificado com a área de recursos concernente.

De entre os diversos lugares que poderiam hoje ser considerados nesta região de montanha para um estudo sobre a arquitetura tradicional, por conservarem um interessante património a nível das diferentes expressões materiais e imateriais, a escolha acabaria por recair no lugar da Drave (Figuras 1 e 2) que constitui justamente um dos poucos núcleos rurais em vias de classificação (com despacho de abertura, à data no IPPAR, de 28-08-1996). Corresponde a um pequeno aglomerado localizado na área sudeste do concelho de Arouca, já próximo do limite com São Pedro do Sul, a menos de 90 quilómetros da cidade do Porto. Já mencionado no Cadastro da População do Reino de 1527, perdeu os seus últimos habitantes em 2000, juntando-se a outras aldeias sem residentes das serras do norte. Com difíceis acessos a partir das novas estradas que entretanto se foram abrindo, a Drave acabaria por conservar, até à partida dos seus últimos moradores, a generalidade dos elementos construídos do lugar de meados do século passado.



Figura 1. A paisagem da Drave.



Figura 2. Vista a partir do sul do lugar da Drave.

A história deste lugar dispõe de um documento que enquadra alguns dos temas da sua transformação a partir dos princípios do século de setecentos, o que é, certamente, um caso raro entre os aglomerados serranos. Em 1945 chegou às mãos de João Nepomuceno Martins, pároco de Carvalhais em Viseu, um manuscrito datável de meados de oitocentos, designado por “Crónica dos Martins da Drave” que, em poucas páginas, construía uma *genealogia* da família. Com ascendência na mesma casa, o pároco acabaria por dar sequência à redação daquele documento, passando ainda a organizar pontualmente encontros entre os descendentes dos Martins da Drave, naquele lugar ou noutras povoações com melhores acessos (MARTINS, 1996). Para além desta crónica, as fontes do presente artigo compreendem a recolha de informação entre os habitantes dos lugares vizinhos e o levantamento integral do núcleo edificado da Drave, elaborado com o propósito de reconstituir a sua organização espacial na transição do terceiro para o último quartel do século passado¹. O desenho constitui assim um instrumento fundamental para a caracterização deste lugar, considerando os diferentes usos e propriedades afetos às casas agrícolas na relação do conjunto edificado com a paisagem onde se integra.

O maciço da Gralheira entre o norte atlântico e o norte transmontano

O maciço da Gralheira é, como vimos, uma unidade constituída pelas serras da Freita, do Arestal, da Arada e de São Macário que corresponde, em grande parte, a um Sítio Natura 2000 (“Serras da Freita e Arada” com uma superfície de 28.659 ha). Integra-se na unidade de paisagem mais abrangente que Orlando Ribeiro delimitou sob o nome de “montanhas do norte da Beira e do Douro” e que inclui ainda, a norte, as serras de Montemuro e do Marão e, a sul, a serra do Caramulo já na margem esquerda do rio Vouga (RIBEIRO, 1998: 188-189). Faz, portanto, parte do conjunto das montanhas que, constituindo um obstáculo às influências marítimas, demarcam as duas unidades fundamentais do norte do País, correspondentes ao Norte Atlântico e ao Norte Transmontano. Na realidade, a caracterização destas áreas de montanha enquanto espaços de identidade, considerando por exemplo os sistemas agrícolas tradicionais, a paisagem ou a arquitetura rural, remete necessariamente para aspetos fundamentais daquelas duas unidades maiores. A proximidade e a influência do mar e a importância das chuvas com reflexo a nível das culturas regadas e, especialmente, do milho, associam estas serras às zonas atlânticas. A relevância das culturas extensivas, dos rebanhos aduados, dos hábitos em comunidade e da tendência para a concentração do povoamento aproximam-nas ainda das regiões transmontanas e das áreas altas do interior. Deste modo, a organização da paisagem tradicional das serras do norte da Beira compreendia a coexistência de expressões fundamentais daqueles dois mundos, matizadas ainda pela própria condição de montanha que remete historicamente para o seu carácter agreste e para as vastas extensões fragosas e matosas.

A economia tradicional do maciço da Gralheira estava associada, deste modo, a uma significativa diversidade de recursos que se revelará decisivamente na organização da casa agrícola do lavrador, compreendendo aqui a relação entre a habitação e as diversas dependências e espaços ligados à produção. Os sistemas de ocupação deste território estão associados, como vimos, ao característico povoamento serrano conformado por aglomerados de pequena dimensão significativamente espaçados entre as vertentes

¹ O levantamento do conjunto dos edifícios da aldeia da Drave foi executado por Miguel Reimão Costa, Nuno Reimão de Brito Peres e João Reimão Ferreira da Silva durante o mês de Agosto dos anos de 2010 e 2011. O autor agradece a Fernando Martins Figueiredo, António Pinto e Paulo Natividade as condições necessárias para a realização daquele levantamento, bem como, a Custódia Martins do Fujaco, a Lucinda da Ponte de Telhe e, em especial, a Laurinda Alves Martins da Drave todas as informações prestadas que se revelaram essenciais para a elaboração do presente artigo. Agradece também à Câmara Municipal de Arouca a cedência do levantamento topográfico da Drave, bem como, do levantamento aerofotogramétrico da envolvente da aldeia, que serviram de base à elaboração de todos os desenhos apresentados da responsabilidade do autor.

montanhosas. A posição destas aldeias na paisagem é bem vincada por um *círculo* de campos e leiras regadas que estavam adstritas, em grande parte, à cultura do milho (intercalado com o feijão) mas também à batata, às ferrãs e às hortícolas. Ainda que, por vezes, os campos nos vales mais abertos possam adquirir uma importância significativa, as leiras em terraço constituem a forma preponderante no redesenho das vertentes mais ou menos declivosas.

A configuração desta área de regadio em redor da aldeia é organizada a partir do sistema tradicional de *poças* e *regos*, característico de diversas regiões do norte, desde o Minho às áreas serranas das Beiras ou de Trás-os-Montes (CRUZ, 1966: 67; DIAS, 1986: 23-24, 169; PORTELA, 1996: 372-373). As águas das nascentes e das minas represadas em *poças* a cota superior, nalguns casos a distâncias consideráveis dos campos e das leiras que regavam, eram depois ligadas a estes através de regos abertos quase de nível nas encostas. As leiras, muitas vezes de dimensão exígua, apareciam frequentemente ladeadas pela vinha de enforcado ou em ramadas que em muitos casos cobriam ainda os caminhos e arruamentos das aldeias, deste modo, sombreados.

Para além das leiras e campos regados, a área agrícola comportava ainda terras de sequeiro em parcelas mais altas ou afastadas do perímetro de influência das *poças*. Ainda que o centeio pudesse ser cultivado nas terras do milho seródio (assim designado por só ser semeado depois da ceifa do centeio), o milho temporão que obrigava à separação das duas culturas constituía a solução privilegiada. Nalgumas aldeias implantadas a cotas mais altas, nas zonas de planalto, as culturas de sequeiro adquiriam mesmo preponderância sobre as culturas regadas que, nalguns casos, se tornavam pouco relevantes (GOUVEIA, 1987: 24).

Constituindo um segundo *círculo* ou alternando com as manchas dos campos agrícolas, a proximidade da aldeia era ainda frequentemente marcada por vertentes florestadas, onde o castanheiro e os carvalhos foram perdendo importância. As áreas de floresta constituem, de resto, um dos domínios em que a paisagem tradicional serrana foi, durante o século passado, objeto de uma maior transformação, quer com a florestação parcial dos baldios (VIDE, 1987: 45), quer com os incêndios sucessivos ou a arborização de vastas superfícies com eucalipto (PEDROSA, 1988: 253). As áreas bravias acima dos 400 ou 500 metros compreendiam, ainda assim, vastas extensões incultas e matosas que, a nível da economia tradicional, adquiriam especial relevância para diferentes usos como a produção de carvão, a apicultura, a recolha de lenhas e de mato para a cama dos currais e, especialmente, para o apascentar do gado. Como era comum nas áreas de montanha do norte de Portugal, também em muitas destas aldeias os rebanhos de gado miúdo eram aduados correspondendo a um costume que ainda hoje se conserva nos lugares de Covas do Monte ou de Regoufe localizados na proximidade da Drave. Nestes casos, o gado era levado em comum, cabendo a cada casa ou proprietário os dias de pastoreio equivalente ao número de cabeças que possuía. Do mesmo modo, também o gado bovino de raça arouquesa compreendia um papel decisivo na economia local², especialmente enquanto animal de trabalho ajustado aos constrangimentos da organização das leiras, sendo mantido em regime semi-estabulado para o qual tanto adquiriam importância as áreas matosas como os lameiros e a rega de lima ou as culturas forrageiras.

Em jeito de síntese, poderemos dizer que até meados do século passado os principais recursos do Maciço da Gralheira correspondem a milho, centeio, vinho, azeite, castanha, carvão, cera e mel, gado miúdo e graúdo. Serão estes também, em traços gerais, os

² Entre as quatro áreas essenciais de montanha delimitadas por Orlando Ribeiro, no norte do país, a partir da atividade pastoril, a área em estudo inscrever-se-ia, assim, nas "montanhas do Noroeste, até ao Caramulo e à depressão de Chaves-Vila Real", antes caracterizada pela "máxima importância da criação de gado em geral, elevado número de bovinos, preponderância frequente das cabras sobre as ovelhas" (Orlando Ribeiro, 1991: 271).

recursos fundamentais a que fazem referência os Inquéritos e Memórias Paroquias do segundo e terceiro quartéis do século de setecentos das freguesias serranas de Albergaria da Serra, Cabreiros, Canelas, Covelo de Paivó, Espiunca, Janarde, Mansores (BRANDÃO, 1991) ou a Crónica dos Martins da Drave, datada, como vimos, de finais da primeira metade de oitocentos:

Não obstante ser terra delgada, e sobre fragas, é muito fértil e abundante em milho graúdo (quando não seca), feijões, centeio, castanhas, cera e mel especial. Também produz vinho, de sobra para consumo, verde sim, mas saboroso, muito bom linho, hortaliças e couves magníficas. Finalmente, a terra é bem adubada, mas é grata ao amanho, que se lhe faz (MARTINS, 1996: 66).

A propriedade e a paisagem na Drave

O modo como este modelo ou esta cultura se confirma em cada aldeia está, naturalmente, marcado pelas circunstâncias específicas relacionadas com a posição que ocupa no sistema oro-hidrográfico e com a dimensão física do território. Não é, de resto, difícil estabelecer uma correspondência entre o número de casas da aldeia e a generosidade da paisagem onde se localiza, considerando nomeadamente a presença de vales mais encaixados ou mais largos ou de vertentes de declives muito ou pouco pronunciados. Esta correspondência resulta evidente, por exemplo, da comparação da *póvoa* da Drave com os das aldeias maiores de Covelo de Paivó, Regoufe ou Covas do Monte, caracterizadas, no contexto da Gralheira, pela presença de vales generosos e encostas mais suaves. No caso da Drave, o território natural sempre impôs, dada a preponderância das vertentes fragosas e dos vales encaixados, maiores limitações ao crescimento, contrastando assim, na organização do seu território, com aquelas aldeias vizinhas associadas historicamente a um número mais elevado de fogos.

A reconstituição da organização deste lugar na segunda metade do século passado permitiu identificar seis fogos distintos de dimensão variável. No entanto, de acordo com a tradição oral, em períodos anteriores Drave corresponderia fundamentalmente a uma aldeia de duas casas – a *casa de Baixo* e a *casa de Riba* – das quais descenderiam as restantes. É também esta escala que se pode depreender de alguns documentos históricos. O Cadastro da População do Reino de 1527 regista dois moradores na Drave e um morador em Palhais, lugar localizado a algumas centenas de metros a norte (MARTINS, 1996: 21-22). De acordo com as Memórias Paroquiais, no início da segunda metade do século XVIII, Drave compreenderia três fogos (BRANDÃO, 1991: 98). E segundo a Crónica dos Martins da Drave, de finais da primeira metade do século XIX, o lugar, que já havia contado com quatro ou cinco fogos, tinha então três moradores “[...] dois lavradores denominados – os de Baixo e os de Cima – e o Desfeita, carvoeiro” (MARTINS, 1996: 65-66).

As áreas de montanha e, em especial, aquelas caracterizadas como a Gralheira pelo predomínio dos solos xistosos do Maciço Antigo, são correntemente descritas como terras pobres e agrestes que resultavam numa economia tradicional de fracos rendimentos. A nível da estrutura predial, esta condição aparece muitas vezes associada a um desígnio muito marcado de parcelamento, em que, na passagem de geração para geração, cada herdeiro procurava garantir a posse de terras adstritas aos diversos usos fundamentais à economia de subsistência. Esta é uma tradição comum a diferentes áreas de montanha do país, desde a serra do Algarve (LOURO, 1996: 98) às serras das Beiras (GIRÃO, 1940: 123) que adquirirá especial relevância com as transformações do sistema predial decorrentes da implantação do Liberalismo.

O empobrecimento associado ao acréscimo do número de casas e aos processos de divisão inerentes a este modelo contrasta assim com a condição das explorações emprazadas do Antigo Regime de contornos mais estáveis. Conscientes do empobrecimento significativo que resultava dos sistemas de parcelamento a que antes fizemos referência, muitas casas procurarão evitar os processos de divisão, mantendo alguns dos hábitos característicos dos contratos de emprazamento do Antigo Regime. É o que se passava, ainda em meados do segundo quartel do século passado, na aldeia da Pena, localizada a menos de 4km a nordeste da Drave. Como refere, então, Amorim Girão (1940: 124), nesse [...]

[...] povoado, para manter a população ao nível dos recursos naturais do solo, uma velha usança impunha a existência apenas de sete famílias, de forma que só pode casar um filho de cada uma delas, tendo os outros de tentar fortuna fora da sua terra. A propriedade não pode nem deve dividir-se abaixo de determinados limites, sob pena de arrastar consigo a miséria geral da população. Pulverizar é empobrecer (GIRÃO, 1940: 124).

É também o que, num primeiro momento, deverá ter ocorrido na Drave. Durante o Antigo Regime, manter-se-á enquanto lugar de *dois prazos* a que se juntará um terceiro correspondente ao lugar de Palhais que tomava a montante algumas bolsas junto à ribeira com o mesmo nome (em dois conjuntos distinguidos pelos nomes de Palhais de Cima e Palhais de Baixo, Figura 3). Em qualquer caso, no século XVIII, o prazo de Palhais já havia passado para o domínio útil da casa de Baixo (MARTINS, 1996: 67). A relação entre as duas casas da Drave nem sempre será pacífica, como se poderá constatar da leitura da Crónica do lugar, quando se refere que [...]

[Francisco Martins] sustentou, por largos anos ajudado pelo mano João, seu principal agente, várias demandas contra Francisco João seu vizinho e consorte, que era teimoso e travesso; até que finalmente depois de muito litigarem, transigiram, partindo e demarcando as terras, montes e águas; legando assim aos seus vindouros a paz e o sossego de que eles não puderam gozar (MARTINS, 1996: 67).

Com as transformações que, a nível do sistema predial, marcarão a transição para a Monarquia Constitucional, as duas casas acabarão por adquirir a posse plena das suas explorações.

A Drave é portanto, historicamente, um lugar de dois lavradores que, em determinados períodos, poderá ter compreendido um número mais elevado de fogos ou moradores. Entende-se aqui por lavrador, o proprietário das explorações maiores com importância à escala da serra.

Tempos atrás, as famílias sem terra, em certos períodos do ano, ofereciam trabalho às maiores lavouras em troca de alimentação e de produtos agrícolas. O povo ainda hoje designa por 'lavradores' os herdeiros das casas de lavoura que aceitavam e praticam esta prestação por favor (GOUVEIA, 1987: 31).

Também a nível da organização da paisagem esta condição de aldeia de dois lavradores se torna evidente, sendo ainda hoje relativamente fácil reconstituir, com algum rigor, os limites das parcelas das duas casas, recorrendo a informações prestadas por antigos moradores e descendentes.

O núcleo principal da aldeia acolheu a uma das ladeiras fragosas desta área, situando-se justamente na proximidade do lugar onde a ribeira de Palhais se ajusta em diversas quedas de água, antes ainda da afluência das linhas do Corgo do Vale e da Bouça (Figura 3). A construção gradual da Drave toma, como é habitual nestas regiões de montanha, as

aflorações rochosas como fundação, sobre a qual se constroem os muros de alvenaria de pedra das edificações, das eiras ou dos caminhos antigos de carros de bois que se distinguem entre os trajetos mais estreitos.

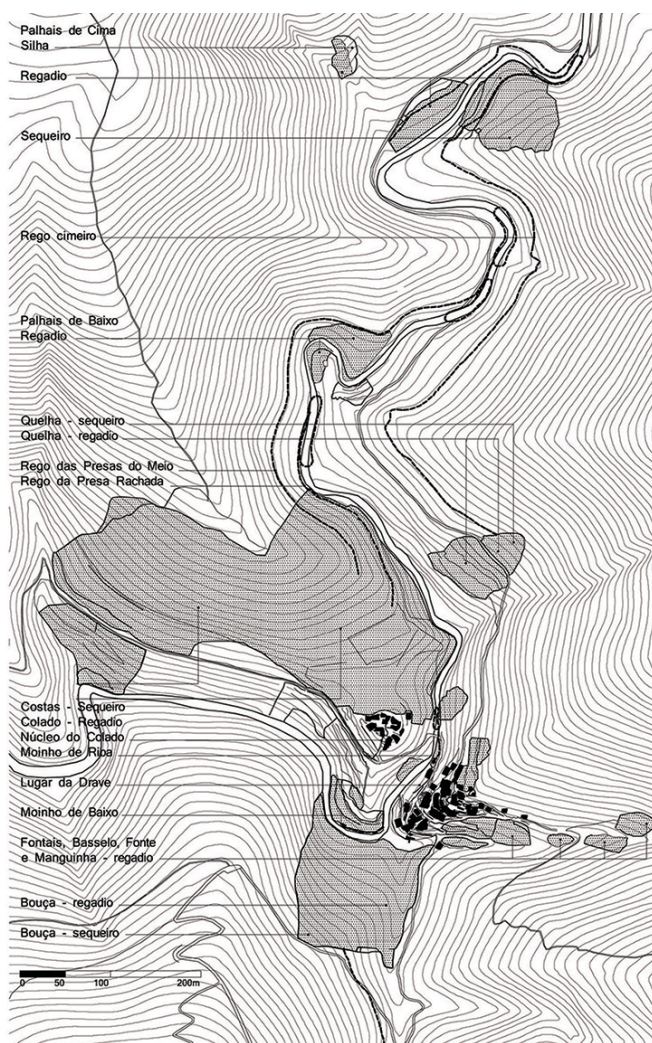


Figura 3. A paisagem da Drave.

As áreas regadas correspondiam fundamentalmente a três bolsas maiores dispostas em redor da aldeia (Figura 3). Cerca de duzentos metros a norte do núcleo edificado, encontravam-se as leiras da *Quelha*, propriedade da casa de Baixo que foi mais recentemente dividida (habitações 1 e 2). De entre estas leiras, apenas as duas a cota superior eram de sequeiro, sendo que as restantes correspondiam às leiras regadas mais altas da aldeia. Eram irrigadas pelo *rego cimeiro* e mais longo cuja poça se situava a montante das terras de Palhais de Cima, a quase mil metros de distância. A noroeste da aldeia, na margem oposta da ribeira, encontram-se os campos do *Colado* que coincidem, em parte, com a área mais aplanada e menos sujeita à configuração das leiras. Estes campos eram regados por dois regos distintos. O *rego Fundeiro* ou da *Presa Rachada*, a cota mais baixa, abastecido a partir de uma poça a jusante dos Palhais de Baixo, que regava também terras da casa de baixo (habitação 1). E, entre os dois anteriores, o *rego das Presas do Meio* servido por três poças encadeadas localizadas abaixo dos Palhais de Cima. Neste caso, as águas eram partilhadas (giro da Carvalha) pelas casas de baixo e de riba e posteriormente por diversas explorações que delas descenderam.

Tal como acabaria por ocorrer com o *rego cimeiro*, os processos de divisão da propriedade por herança haveria de tornar gradualmente mais relevantes as *presas* ou a partilha das águas. Pelo São João, já as construções da rega deveriam estar preparadas, juntando-se para tal consortes e herdeiros numa jornada de trabalho de conservação e limpeza dos regos e de reconstrução das poças com o tradicional sistema de pedras e torrões. Enquanto o *Colado* e a *Quelha* dependiam da ribeira de Palhais, já a *Bouça*, localizada a sudeste do lugar da Drave e propriedade da casa de Riba, era regada a partir de três poças encadeadas no ribeiro da Bouça. Para além destas três bolsas maiores, existiam outras unidades de menor dimensão (também com recurso à construção de poças) que complementavam os rendimentos destas casas, como era o caso das leiras situadas junto ao Corgo do Vale, a nascente da aldeia (*Fontais*, mais alto e pertencente à casa de baixo, e *Basselo*, *Fonte* e *Manguinha*, constituindo um núcleo junto ao lugar propriedade de ambas as casas).

Se as águas de verão e as poças estavam adstritas ao milho e às culturas a que antes fizemos referência, as águas de inverno serviam ao merujar dos lameiros e ao rodízio dos moinhos de água. Cada uma das casas possuía o seu próprio moinho de pequena dimensão, localizando-se o moinho da casa de riba no limite norte do lugar e o da casa de baixo, a ponte, na margem esquerda da ribeira de Palhais, já depois da afluência dos três cursos de água (Figura 3).

Num lugar como a Drave, em que a cultura do milho serôdio era pouco praticada, adquiriam especial relevância os campos de centeio fora da abrangência do sistema de regadio. Estas terras concentravam-se junto aos campos regados do Colado, estendendo-se especialmente para poente, onde formavam um conjunto significativo de estreitos terraços entre fragas, de recorte ajustado aos declives pronunciados da encosta. A *Costa*, como era designada esta área de sequeiro, comportava naturalmente parcelas das diferentes habitações da aldeia. Em sítios mais próximos ou afastados do lugar, estas casas contavam ainda com os muros apiários e as silhas de cortiços que constituíam mais um dos elementos característicos das áreas de montanha do norte.

A arquitetura da Drave no contexto do maciço da Gralheira

A caracterização genérica dos temas fundamentais da economia tradicional da região e do modo como estes se organizavam no caso concreto da Drave permite-nos compreender, de forma mais clara, quais os elementos de construção do lugar e da sua paisagem concernente. A diversidade de soluções que, a nível dos processos construtivos tradicionais, poderemos encontrar no maciço da Gralheira está, antes de mais, relacionada com a alternância entre zonas de xistos e de granitos. Esta alternância é registada fundamentalmente a nível da execução das alvenarias (considerando não apenas o recurso a um ou a outro material, mas também à aplicação combinada de ambas as pedras nas zonas de transição), ou ainda a nível do revestimento da cobertura (em que as lousas davam lugar ao colmo nas aldeias de granito mais afastadas das louseiras). Em qualquer caso, as diferentes características que a este título permitem demarcar diversas áreas no maciço da Gralheira não têm implicações relevantes a nível tipológico ou do processo diacrónico de construção da habitação. A descrição da arquitetura da Drave, implantada em zona xistosa, inscreve-se deste modo na caracterização genérica do maciço da Gralheira, comportando um conjunto muito significativo de temas comuns às restantes aldeias desta unidade montanhosa.

Como ocorre noutras regiões serranas do norte, também aqui poderemos encontrar, com alguma frequência, edificações com um único piso a servir de dependências habitacionais ou não habitacionais. Esta solução é no entanto mais frequente nas aldeias de planalto ou nas áreas mais aplanadas das aldeias de vertente, já que a implantação em zona declivosa é quase sempre aproveitada para a integração de um sobrado. É também o que ocorre na Drave onde, à parte alguns poucos currais localizados nos limites norte e sul da aldeia ou no conjunto do Colado, a que a seguir se fará referência, as edificações compreendem quase sempre dois pisos (Figuras 4 e 5). De uma forma genérica, poder-se-á dizer que esta organização se inscreve assim na descrição da arquitetura tradicional do norte do país, caracterizada pela prevalência das edificações de dois pisos, com a habitação sobradada sobre as lojas e as cortes do gado. Mas aqui, como na generalidade das áreas de montanha, as edificações aparecem quase sempre associadas à implantação em ladeira e a uma volumetria conformada por dois pisos na fachada principal e por um piso na fachada tardoz, garantindo o acesso direto a diferentes cotas. O piso inferior corresponde frequentemente a um espaço atarracado e conformado, ao fundo, pelo recorte agreste das fragas que reduzem a sua superfície, servindo de curral ou ainda de loja ou adega.

O piso superior tenderá, em contrapartida, a ser mais alto e espaçoso podendo corresponder a compartimentos da habitação como albergar outros usos relacionados com a arrecadação e transformação de produtos agrícolas. De um modo geral, este segundo piso avançava sobre o afloramento, a mais das vezes lajeado, que era aproveitado também para localizar o tanque do lagar de vinho ou o forno e o lar da cozinha. É esta mesma forma que Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano descrevem a propósito da cozinha rural de algumas terras acidentadas como a “baixa bacia do Paiva, nos concelhos de Arouca e de Cinfães” (OLIVEIRA, 1994: 128). A cozinha constitui, também aqui, o espaço central da habitação – ou nalguns casos o seu único compartimento – secundada pelos quartos (por vezes confinados a exíguas alcovas) e pela sala confirmada pela tradição oral enquanto espaço reservado para a visita pascal ou para receber pessoas de cerimónia.

Uma outra característica fundamental da arquitetura da Gralheira está relacionada com a tendência de dispersão das edificações de uma mesma casa agrícola em diferentes espaços da aldeia. Esta é uma condição especialmente relevante no conjunto edificado do lavrador, como resultado do processo gradual de transformação e ampliação. Mas, se muito frequentemente as casas dos lavradores eram constituídas por estruturas disseminadas em diferentes lugares da aldeia, por vezes organizavam-se, também aqui, em redor de um quinteiro.

Para além dos currais e das lojas sob a habitação onde se arrecadavam produtos e alfaias agrícolas, as casas dos lavradores compreendiam geralmente os lagares de vinho que, por vezes, se encontravam sobrepostos às adegas, permitindo encubar o vinho de forma mais fácil. Se o lagar de vinho era geralmente de uso particular, o lagar de azeite tenderia a constituir uma estrutura que servia toda a aldeia, podendo ser comunitário (como, por exemplo nas aldeias de Janarde ou Covas do Monte) ou pertencer a um determinado lavrador que cobrava em regime de maquia. Nalgumas aldeias mais pequenas poderia nem sequer existir qualquer lagar de azeite. É o que sucedia na Drave onde as oliveiras estavam praticamente ausentes, já que, por exemplo, a casa de baixo as reservava para parcelas que possuíam nas aldeias vizinhas do Fujaco e de Covelo de Paivó, a cujos lagares recorriam para produzir o azeite.

As instalações associadas às culturas cerealíferas, como os palheiros, as casas da eira ou os canastros (designação que recebem aqui os espigueiros) organizavam-se frequentemente em redor da eira. Constituem, em conjunto, uma unidade característica do Portugal Atlântico, onde aparecem associados não apenas à debulha mas também à secagem (DIAS, 1994: 26). Com alguma frequência, a disposição destas estruturas não resultava na dispersão dos conjuntos dos diversos proprietários pela aldeia, mas na sua concentração junto a um afloramento contíguo ao aglomerado convertido numa eira comum, onde se juntavam a maioria dos canastros das diversas casas da aldeia. A povoação da Lomba, na vertente sul da serra, constitui um dos exemplos mais interessantes desta organização, juntando à eira comum, a norte da capela, um número significativo de palheiros e canastros (de um dois ou três quartéis) num conjunto que recorda os de algumas povoações da serra da Peneda (Figura 6).

Deste modo, como é corrente nas áreas de montanha do Norte, a organização das aldeias da Gralheira era frequentemente caracterizada pela proximidade das estruturas de diferentes proprietários afetas a uma mesma atividade, refletindo uma cultura do espaço comum marcada por diversas formas de entreajuda e de usanças comunitárias. Poderiam contar-se entre estas o lavrar das terras, as ceifas, as malhas ou guardar do rebanho (SILVA, 1998: 33). Nalguns casos, os currais de cabras das diferentes casas constituíam também um núcleo autónomo dentro da aldeia. É o que ocorre no lugar do Fujaco onde esta disposição facilitava o agrupamento e partida do rebanho apascentado em comum.

Constituía um dos diversos núcleos da aldeia, formado por um conjunto de pequenas construções dispersas entre socalcos que, em muitos casos, aproveitam a implantação em declive para a integração de um sobrado para forragem. É também o que, como se verá, acontece no lugar da Drave com a formação de um segundo núcleo na margem oposta da ribeira de Palhais em relação ao núcleo principal da aldeia que [...]

[...] pelas muitas casas de abegoarias do Colado, da parte dalém do rio, com uma boa eira, grande canastro e terras contíguas, figura serem dois povos separados (MARTINS, 1996: 66).

Em qualquer caso, na solução mais habitual, os currais de cabras encontram-se disseminados pela aldeia, no piso térreo da habitação ou na sua proximidade, tal como ocorria com os currais de porcos ou de vacas.

De entre as construções mais ou menos afastadas da aldeia, poderemos distinguir os moinhos de água que constituem edificações de alvenaria de pedra (xisto ou granito) com cobertura de duas águas geralmente de lousas. Correspondem frequentemente ao encadeamento de vários moinhos de rodízio, em *carreira*, ao longo de uma mesma linha e, por vezes, alimentados por uma mesma levada, tratando-se de estruturas de dimensões exíguas de uma só moenda que tanto poderiam ser de um só proprietário ou de vários herdeiros, como pertencer a diferentes *consortes*.

A casa de Baixo e a casa de Riba

A reconstituição da organização do conjunto edificado da Drave, elaborada para o presente artigo, incide no período de transição do terceiro para o último quartel do século passado quando, como vimos, esta povoação era constituída por seis habitações de diferente dimensão. O desenho de conjunto da Drave (Figuras 4 e 5) mostra-nos que, tal como ocorreu com as parcelas agrícolas, também a disposição daquelas habitações é legível a partir do processo de parcelamento e transformação das duas casas agrícolas a partir, fundamentalmente, da segunda metade do século XX. Aparte o núcleo do Colado, as diversas construções da casa de baixo concentravam-se então no extremo sudoeste do esporão onde se implanta a aldeia e as casas de riba implantavam-se a cota mais alta, no quadrante oposto. Esta organização não deverá ter resultado de uma divisão predial preexistente das vertentes fragosas onde se implanta o lugar, mas antes de uma disposição implícita que, como se verá, acabará por resultar, a espaços, em soluções intrincadas.

Cada uma das casas constituiria uma unidade marcada pela presença da habitação, das cortes de gado miúdo e grão e restantes dependências agrícolas, da eira, da casa da eira e dos canastros, do lagar de vinho e do moinho de água. A casa de baixo manter-se-á sem qualquer parcelamento até à última geração de residentes na aldeia (pelo menos dos prédios que esta casa tinha na Drave), resultando em duas unidades diversas (habitações 1 e 2) na segunda metade do século passado. Como foi possível concluir, através das conversas com antigos residentes da aldeia, a casa de Riba acabaria por resultar em quatro propriedades em dois momentos distintos (uma primeira casa que haveria de resultar nas habitações 3 e 4 e uma segunda casa dividida depois nas habitações 5 e 6). Cada uma das diversas habitações levantadas resulta do processo de parcelamento referido associado, nalguns casos, à construção posterior de novas edificações e ao uso partilhado de algumas estruturas. De facto, tal como ocorre com os giros de água para rega, serão os processos de parcelamento recente que resultarão na copropriedade de eiras, canastros (divididos por quarteis) ou moinhos.



Figura 3. Planta de reconstituição da Drave no início do terceiro quartel do século XX. Piso térreo.

Casa de Baixo

Habitação (1) 1 corredor 2 cozinha com despensa 3 despensa 4 sala 5 quarto do padre 6 quarto (alçapão para adega) 7 quarto 8 quarto 9 adega 10 lenha 11 curral (porcos) 12-13 casa do lagar com adega no piso inferior 14 casa da varanda ou do tear 15 sobrado de "urdir as teias" e arrecadação de produtos agrícolas 16 quinteiro 17 curral (porcos) 18 curral (porcos) 19 corte cimeira (bezerras) 20-23 curral (vacas) 24 corte dos amassadoiros (vacas) 25 curral (cabras) 26 curral (vacas) 27 banzada/palheiro 28 coberto (carros de vacas) 29 eira e canastro 30 casa da eira (ladrilho) 31 casa da eira (desfolhar o milho) 32 canastro 33-34 curral (cabras) 35 palheiro 36 palheiro (milho) 37 palheiro (centeio) 38 curral (vacas) com banzada 39 curral (cabras) 40 palheiro (conhecida antes por casa do padre) 41* eira e canastro (desaparecido) 42* ladrilho / arados 43* casa da eira 44* eido com seis currais (cabras) 45 casa do mel e da cera 46 arrecadação (serviu de venda durante os períodos de exploração do volfrâmio) 47 destilaria / forja do ferreiro 48 capela.

Habitação (2) 49 sala 50 cozinha 51 lagar 52 quarto 53 palheiro 54 curral (vacas/cabras) 54 curral (ovelhas) 56 coberto 57 adega 58 curral (vacas) 59 curral (corte da burra) 60 palheiro 29 eira e canastro em comum com habitação (1) 61 palheiro (banzada) 62 curral (vacas) 63* eido em comum com habitação (1) com três currais (cabras) 64* palheiro 29-31 eira, canastro e casa da eira em comum com habitação (1) 65 moinho em comum (habitações 1 e 2)



Figura 4. Planta de reconstituição da Drave no início do terceiro quartel do século XX. Piso superior.

Casa de Riba

Habituação (3) 66 sala 67-68 quarto 69 cozinha 70 quarto 71 quarto/despensa (piso superior, com acesso autónomo, chegou a servir de casa de mineiros) 72 curral (vacas) 73 curral 74 coberto 75 curral (vacas) 76 cozinha (deverá ter constituído com 77 e 78 uma casa autónoma) 77-78 quarto 79 lagar e adega 81 palheiro (banzada) 81 curral (vacas) 82 coberto (carros de vacas) 83 eira com dois espigueiros 84-87 curral (cabras) 88-89* eido com quatro e três currais (cabras) 90* curral 91*palheiro.

Habituação (4) 92 cozinha 93-94 quarto 95 forno 96 sala 97 quarto 98-99 curral (vacas) 100 casa da eira - sequeiro (serviu também de adega). Algumas das construções da habitação (3) não foram partidas e eram comuns a esta habitação.

Habituação (5) 101 cozinha 102 sala/quarto 103-104 curral (vacas) 105 curral (porcos) 106 eido 107 canastro 108* curral (vacas) 110* palheiro 111-112* curral (vacas) 113-114 curral 115 sobrado (serviu de quarto) 116 coberto 117* eido com quatro currais (cabras)

Habituação (6) 118 cozinha 119 sala 120-121 quarto 122-123 curral (vacas) 124 curral (porcos) 111-113 em comum com habitação (5)

125 Moinho em comum (habitações 3, 4, 5, 6) 126* guarita em comum (todas as habitações)

* Compartimentos ou estruturas não representados por se encontrarem fora da área de impressão do presente desenho.

A aldeia será objeto de intervenções significativas em diferentes momentos do século XIX, quer nas primeiras décadas, ainda durante o Antigo Regime, quer posteriormente, já no contexto novas relações que se estabelecerão com o advento do Liberalismo. Entre as construções anteriores a este período, adquirem preponderância edificações de menor dimensão, com um vão interior entre 4 e 4,5m, associado a uma cobertura de duas águas com pau de fileira (nalguns casos reforçado por um espeque sobre *linha* integrada com esse propósito). A esta solução para o madeiramento da cobertura poderia juntar-se ainda a cobertura de uma água, geralmente com uma ou mais traves intermédias para suporte dos caibros. Correspondem, com algumas variantes, às soluções mais persistentes nos diversos espaços de montanha do norte, tanto podendo resultar numa implantação longitudinal como numa implantação transversal em relação à encosta.

A crónica dos Martins da Drave faz menção a algumas das edificações do lugar existentes em finais do primeiro quartel do século XIX (aquando da morte Manuel Martins 1.º): a casa da cozinha e a casa nova, construídas na primeira metade do século de setecentos ou num período anterior (que deverão corresponder às edificações localizadas a noroeste da edificação principal da casa de Baixo) e a casa do lagar (como hoje é designado o edifício legendado com os números 12-13 das plantas de conjunto) ou a casa da varanda (a que também se chama casa do tear, com os números 14-16) que foram mandadas edificar no final de setecentos ou nas duas primeiras décadas de oitocentos (MARTINS, 1996: 68).

A partir do início da segunda metade do século XIX tem início a construção da capela propriedade da casa de baixo que, como se pode ler no retábulo do altar-mor, foi edificada em 1851 por Manuel Martins Costa e “[...] mandada pintar e dourar por seu filho José Martins da Costa, em 1857”. Em posição relativamente central no lugar, a capela distinguir-se-á das restantes edificações pelo revestimento e pintura das paredes de alvenaria de xisto (Figuras 1 e 2). Apesar da sua pequena dimensão (cerca de 5,5m por 3,5m em planta), dispunha de um coro alto sobre a entrada principal, com acesso direto a partir da plataforma mais alta a noroeste, aproveitando, mais uma vez, a implantação em ladeira para garantir o acesso a cotas distintas.

A casa principal dos Martins da Drave (nº 1-11) deverá ter sido construída na segunda metade do século XIX (Figura 7). É possível que, no seu lugar, existisse anteriormente uma outra edificação que, de resto, poderia justificar o alinhamento da casa da varanda adjacente a norte. A ser assim, essa construção foi objeto de uma profunda campanha de obras que lhe haveria de toldar a morfologia preservada até ao presente. De facto, a organização interna desta habitação contrasta com as casas dos lavradores serranos de períodos anteriores, caracterizadas pela sucessão de espaços de superfície considerável associados a um nível muito baixo de especialização. Aqui, a entrada para a habitação faz-se, através de escada saliente na fachada poente, diretamente para um corredor iluminado por alguns dos vãos da fachada principal. É este que organiza os dois ambientes fundamentais: a cozinha, negra do fumo, combinando o sobrado com o pavimento rebaixado das lousas onde se localiza o lar do fogo e os dois fornos de broa comuns em muitas casas de lavradores do norte (OLIVEIRA, 1994: 116); e, ao fundo, a sala, quase integralmente revestida a madeira (soalho, tabuados e forro sob o madeiramento da cobertura), a partir da qual se acedia aos pequenos quartos e alcovas (que se converterão, cada vez mais, em elementos fundamentais da arquitetura tradicional da zona).



Figura 6. Vista nascente do lugar da Lomba.



Figura 7. A casa de riba na Drave.

Estas mudanças legíveis a nível da organização do espaço interno inscrevem-se, na realidade, numa transformação mais abrangente que, a partir do segundo quartel do século XIX, se tornará evidente em diversas casas propriedade dos lavradores de muitas das aldeias da serra. A fachada das novas edificações tenderá, cada vez mais, a ser marcada por uma composição regular das janelas (frequentemente de guilhotina e com conversadeira) do piso superior, privilegiando uma implantação ao longo das curvas de nível. Em relação à execução da cobertura, adquirirá cada vez maior preponderância a cobertura de quatro águas associada a sistemas mais complexos da armação que, frequentemente, compreenderão a integração de asnas de troncos mal afeiçãoados ou roliços. Estas soluções de madeiramento da cobertura (revestidas a lousa ou mais tarde a telha) permitirão aumentar o vão entre paredes maciças da habitação (em relação às edificações comuns de duas águas), conferindo maior importância aos sistemas de divisórias de madeira na compartimentação do espaço interno.

O edifício principal da casa de Riba (nº 66-74) acabará igualmente por sofrer um conjunto de transformações significativas, possivelmente também durante a segunda metade do século XIX, que o dotará de algumas das características que antes registamos na *casa dos de baixo*. Até então, era também caracterizado pela sucessão de diversos espaços de dimensão considerável que, na adaptação à encosta, distinguia os currais no piso térreo do sobrado da habitação. Sem estruturas divisórias de *repartimento*, a organização dos diferentes espaços era justamente a que resultava da geometria das paredes maciças de suporte da cobertura. A opção de ampliação será determinada pela contiguidade, a norte, de um curral com palheiro (propriedade dos de baixo) e pelos declives e edificações preexistentes a nascente e sul. Deste modo, optar-se-á pela construção, a poente, de um novo corpo projetado sobre o caminho que é, assim, convertido em *coberto*. O princípio construtivo passará pela edificação de uma nova fachada principal voltada ao Colado e pela integração das estruturas de madeira do pavimento superior e da cobertura lançadas entre essa nova fachada e as edificações preexistentes. O recurso aos tabuados de madeira servirá, não apenas ao encerramento do edifício a norte e a sul, mas também à compartimentação do espaço interno que resultará numa sala e em duas pequenas alcovas. Esta transformação acabará por comportar um nível de maior especialização dos diferentes espaços, distinguindo a *sala do compasso* (com acesso principal através de escadaria exterior) da cozinha ou diferenciando as novas alcovas dos antigos *cómodos* mantidos cumulativamente como espaços dormir e de arrecadação de produtos agrícolas.

Na organização das dependências não habitacionais poderemos reconhecer, também, uma certa simetria entre a casa de baixo e a casa de riba (Figura 8). Concentrando as habitações ao centro do aglomerado, as áreas limites a nordeste (para a casa de riba) e a sudoeste (para a casa de baixo) constituirão as zonas destas dependências, desde os palheiros e de uma parte dos currais até às casas da eira e aos canastros (Figuras 4 e 5). Tal como ocorre

no núcleo do Colado, também aqui a concentração de vários currais de cabras ou de vacas acabará por conformar um eido exterior, encerrado com cancelas nas passagens mais estreitas. A disposição das construções ligadas às culturas do milho, do centeio ou do feijão resulta na delimitação da eira lajeada e, quase sempre, conformada pela execução prévia de um muro de suporte. É em redor da eira que, mais uma vez, se tenderão a localizar os canastos e as casas da eira.

A casa de baixo dispunha de dois conjuntos constituídos por eira/casa da eira/espigueiro que apresentam evidentes analogias na sua organização, localizando-se o primeiro a sudoeste da aldeia (nº 29-30) e o segundo a sudoeste do núcleo do Colado. A posição sobranceira das casas da eira sobre a eira recorda a descrição dos *sequeiros* do Minho (AMARAL, 1961: 50-57), não dispondo, como aqueles, do fasquiado para a ventilação. Em qualquer caso, as casas da eira estavam afetas a uma grande diversidade de usos. O piso térreo estendia o pavimento das lousas ou das pedras grandes de xisto da eira para o seu interior, servindo, entre outros fins, de *ladrilho* ou *malhadoiro* (ou seja um espaço interior onde, como na eira, se poderia malhar o milho ou o centeio). O piso superior da casa da eira, a que tanto se acedia através de escada exterior ou diretamente da rua a cota superior, para além de constituir um espaço para arrecadar alfaias ou produtos da terra (batatas, feijão, folhelho), servia também de lugar onde se desfolhava o milho.

A eira dos de riba (nº 83) constituía um espaço mais próximo da habitação principal, sendo delimitada a nascente por dois canastos (complementados por um terceiro a cota superior) e a norte pela casa da eira (nº 92-94, 100). A analogia desta com as casas da eira dos de baixo é evidente, a nível da superfície, da presença da porta larga no piso térreo, ou da armação da cobertura (que aqui corresponde, no entanto, a apenas três vertentes). O piso superior, descrito como habitação com duas alcovas, deverá ter resultada da reconversão do sobrado da casa da eira, aquando dos processos de parcelamento a que anteriormente fizemos referência. Os canastos da casa de riba já desapareceram, restando apenas os blocos irregulares de xisto das pernas e das mesas, sendo que aquele implantado a cota mais alta (que já não encontrámos aquando da primeira visita à Drave em 2003), foi fotografado, já bastante degradado, em 1997 (CASTRO, 2001: 35). Do “grande canastro” do Colado, referido na Cronica dos Martins da Drave (MARTINS, 1996: 66), não resta sequer qualquer vestígio. Estes canastos seriam certamente idênticos aos da casa de baixo que ainda hoje se conservam (nº 29 e 32). A parte superior dos canastos da Drave coberta de lousa era assim integralmente construída com madeira, ao contrário do que ocorre nas aldeias vizinhas de Regoufe e Covelo de Paivó – integradas no pequeno maciço de granítico de Regoufe entre vertentes de xistos e grauvaques (SÁ, 2009: 19-34) – em que muitos dos canastos são construídos com recurso a elementos de granito (pernas, mesas, traves e colunas).

A noroeste do aglomerado principal da aldeia, nos campos do Colado, um segundo núcleo edificado implanta-se sobre um pequeno cabeço do qual toma forma (Figura 3). Era constituído exclusivamente, como vimos, por edificações não habitacionais de área reduzida que serviam na sua maioria de currais de cabras. A razão fundamental para apartar uma parte das cortes de cabras da aldeia prende-se com o propósito de as aproximar dos melhores campos do Colado, tornando, deste modo, mais fácil o transporte do estrume para estas terras. O processo de parcelamento acabará por converter os currais das casas de baixo e de riba em quatro unidades diversas aglutinadas (propriedade das seis habitações), conformando quatro recintos exteriores principais com entrada autónoma a partir dos quais se acedia às respetivas cortes.

Um dos benefícios que resultava da contiguidade dos currais dos diferentes proprietários no Colado está relacionado com a segurança e com a guarda dos gados durante a noite contra

as investidas dos lobos ou os assaltos de *malfeitores*. É com este propósito que uma das construções localizada numa posição central dentro do conjunto – a *guarita* como era designada – servia justamente à pernoita dos habitantes a quem calhava esta incumbência. A distribuição das noites de vigia afetas a cada *casa segua* os princípios comuns para a repartição dos dias de pastoreio, considerando o número de cabeças que cada família possuía.



Figura 8. Vista poente do lugar da Drave.



Figura 9. Vista nascente do lugar de Meitriz

Considerações Finais

A transformação profunda que tem caracterizado o interior do país a partir do terceiro quartel do século passado, considerando nomeadamente os fenómenos migratórios e o abandono do mundo rural, poderá ser reconhecida, a nível dos conjuntos edificados dos aglomerados de montanha, em três quadros distintos. Na situação mais corrente, estes lugares serão objeto de processos significativos de substituição de arquiteturas resultando na coexistência de diferentes modelos, morfologias, volumetrias e sistemas construtivos, nos moldes já profusamente tratados em diferentes circunstâncias. Alguns dos conjuntos edificados tradicionais manter-se-ão (habitados, abandonados, ou, muito frequentemente, servindo a usos não habitacionais), lado a lado com a habitação renovada, com a casa do emigrante ou com as novas formas de segunda habitação.

Esta transformação aparecerá, muitas vezes, associada à persistência, ainda que cada vez menos evidente, de hábitos da economia agrícola tradicional, como ocorre nalgumas aldeias da Gralheira. Num cenário diametralmente oposto, alguns destes lugares acabarão por ser completamente abandonados, o que sucede especialmente em assentamentos de menor dimensão. Esta condição de abandono estende-se naturalmente do núcleo edificado para aquela que era a sua área produtiva concernente. Entre estas duas situações distintas, poderemos encontrar alguns aglomerados que se mantiveram parcialmente habitados, mas onde o processo de transformação do conjunto edificado não atingiu a expressão que descrevemos para o primeiro caso.

A conservação e reabilitação dos conjuntos edificados com valor patrimonial continua a ser uma das questões críticas fundamentais em torno aos bens culturais das áreas de baixa densidade do interior do país. A preservação deste património é necessariamente, cada vez mais, equacionada no contexto de recessão demográfica e do decréscimo da importância daquelas estruturas a nível da economia tradicional que assegurava outrora a sua sucessiva manutenção. Esta questão adquire cada vez mais relevância, não apenas a nível dos conjuntos edificados com valor patrimonial, mas também a partir da emergência do conceito de paisagem cultural onde aqueles se integram e da reflexão em torno à conservação do valor patrimonial da paisagem no contexto da sua inevitável e desejável transformação.

Nos lugares de montanha mais marcados pela ausência de residentes permanentes e pela preponderância da segunda habitação, assistir-se-á, naturalmente, ao abandono dos campos agrícolas e à desintegração do modelo tradicional de ocupação do território. A aldeia e as terras em seu redor, que antes constituíam um sistema uno, tenderão a resultar em componentes dissociadas. Na Drave, por exemplo, os campos e leiras dispostos em redor da povoação, fundamentais outrora na economia agrícola destas casas, são convertidos à floresta ou deixados a monte.

Ao perder os seus últimos residentes em 2000, a Drave acabará por resistir, pelo menos num primeiro momento, aos processos de súbita degradação que caracterizam algumas das povoações serranas de paredes derrubadas e de silvas. Juntar-se-á, em contraponto, a um pequeno grupo de lugares que, por um conjunto de circunstâncias diversas, desperta o interesse de excursionistas e a visita mais ou menos frequente de herdeiros e antigos residentes. O levantamento de conjunto da Drave alternou, deste modo, entre os dias sem vitalidade no lugarejo desabitado e os dias mais raros de uma inesperada e difusa atividade. Contam-se entre os *habitantes* do lugar, as *pobreiras* de Regoufe com os trajetos dos rebanhos aos campos da Drave, os herdeiros e os novos proprietários que aqui vêm especialmente aos fins-de-semana, os grupos de escuteiros que converteram a aldeia numa base nacional, ou os visitantes pontuais dos trilhos culturais e dos banhos de rio que frequentemente regressam.

O dia 15 de Agosto das festas de Nossa Senhora da Saúde e da procissão da capela ao cruzeiro do Colado constitui a expressão mais visível da importância que a Drave mantém para os antigos e para os novos *habitantes*, entre a tradição do lugar desocupado e o regresso ao lugar descoberto. O facto do acesso a este lugar se fazer, ainda hoje, através de uma estrada de terra difícil de vários quilómetros com ligação a um caminho a pé de mais de quinhentos metros constitui, a par da ausência de infraestruturas, uma das condições fundamentais da Drave.

É também, paradoxalmente, uma das razões que, nas atuais circunstâncias, mais tem beneficiado a preservação deste conjunto patrimonial associada a algumas intervenções levadas a cabo por antigos e novos proprietários. De facto, ainda que uma parte significativa das construções da Drave se encontre bastante degradada, algumas outras têm sido objeto de um processo de conservação que resiste a um modelo cada vez mais preponderante de renovação integral das edificações associado muitas vezes à reconstrução das suas *fachadas tradicionais*. As dificuldades de acesso não têm estimulado intervenções mais profundas na reconversão à segunda habitação como ocorreu nalgumas outras povoações da Gralheira de dimensão idêntica à Drave. Alguns dos temas fundamentais da organização do seu conjunto edificado têm sido assim conservados, ao contrário do que sucede noutras povoações de montanha, integradas ou não em roteiros de turismo cultural, onde a dimensão tipológica é frequentemente preterida em relação à imagem da aldeia ou ao desígnio de uma aldeia-fachada.

Em qualquer caso, muitas das aldeias do maciço da Gralheira mantêm ainda hoje a importância de um quotidiano marcado por formas de persistência da economia tradicional, em muitos casos associadas à preservação de uma parte significativa do seu conjunto edificado. O maciço da Gralheira é, talvez, a este título, um caso único no contexto das montanhas do norte, confirmado pelas aldeias de Meitriz (Figura 9), Janarde, Covas do Rio, Covas do Monte, Pena, Fajaco, Regoufe, Covelo de Paivó, Cabreiros, Castanheira ou Lomba.

Referências

- AMARAL, F. K. *et al.* **Arquitectura popular em Portugal**. SNA : Lisboa, 1961.
- BRANDÃO, D.; LOUREIRO, O. **Arouca – Notas monográficas**. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão : Arouca, 1991.
- CASTRO, M.; CARVALHO, R. (2001) **Drave – o rosto das palavras**. Arouca : Contemporânea, 2001.
- CRUZ, M. Uma comunidade de aldeias na Serra da Aveleira. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, I (1), 1996. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa: 60-90.
- DIAS, J.; OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. **Espigueiros portugueses. Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas**. Lisboa : Dom Quixote, 1994.
- DIAS, J.; GALHANO, F. **Aparelhos de elevar a água de rega**. Lisboa : Dom Quixote, 1986 [1953].
- GIRÃO, A. **Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal**. Coimbra : Coimbra Editores, 1940.
- GOUVEIA, A. Lógica de funcionamento económico e social de duas freguesias. In **Arouca: aspectos sócio-económicos da serra da Freita**. S. P. de Estudos Rurais, Lisboa: 21-39, 1987.
- LOURO, E. **O livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural – concelho**. São Brás de Alportel : C. M. São Brás de Alportel, 1996 [1929].
- MARTINS, J.; MAGALHÃES, M. **Monografia e Árvore genealógica dos Martins da Drave**. Viseu : Edição do Autor, 1996 [1956].
- OLIVEIRA, E.; GALHANO, F. **Arquitectura tradicional portuguesa**. Lisboa : Dom Quixote, 1994.
- PEDROSA, F. Contrastes espaciais no concelho de Arouca: alguns aspectos. **Revista da Faculdade de Letras (Universidade do Porto) – Geografia**, I (VI): 223-285, 1988.
- PORTELA, J. Regadios tradicionais em Trás-os-Montes. In BRITO, J. *et al.* (coords.) **O voo do arado**. Lisboa : Museu Nacional de Etnologia, 1996. p.370-383.
- RIBEIRO, M. **O Maciço da Gralheira. Da Freita ao S. Macário. Um guia com algumas crónicas**. Arouca : C. M. de Arouca, 1999.
- RIBEIRO, O. Montanhas pastoris de Portugal: tentativa de representação cartográfica. In **Opúsculos Geográficos IV**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p.257-281.
- RIBEIRO, O. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas**. Lisboa : Sá da Costa, 1988 [1945].
- SÁ, A. *et al.* **Geopark Arouca. Geologia e património geológico**. Arouca : Associação Geoparque Arouca, 2009.
- SILVA, F. *et al.* **Entre Freita e Montemuro**. Arouca : Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1998.
- VIDE, A. (1987) Alguns problemas na utilização dos baldios. In **Arouca: aspectos sócio-económicos da serra da Freita**. Lisboa : Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1987. p.45-46.